



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA**

ATA NA ÍNTEGRA DA 120ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG

Data: 11 de setembro de 2015 às 09h00min

Aos 11 (onze) dias do mês de setembro do ano de 2015 (dois mil e quinze), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 120ª (centésima vigésima) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Sr (senhor) Anderson Ramiro Siqueira, 2º (segundo) Suplente da Presidência; Sr. José Roberto Silva, 2º Suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Flávio José Froes de Oliveira, Titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Sr. Francisco de Macedo Fraietta, 2º Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sra. (senhora) Carla Vieira Alvarenga, 2ª (segunda) Suplente da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. Carlos Alberto Valera, Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. José Antônio Leandro, Secretária Municipal de Meio Ambiente, 1º Suplente da Prefeitura do Município Sede da Unidade Regional Colegiada – Uberlândia, Sra. Dora Marques Peres Drummond, Titular do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3; Sr. Thiago Alves do Nascimento, 1º Suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, Titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Gervânio Luiz Pereira, 2º Suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sr. Marcio Adriano Bochio, 1º Suplente, respectivamente, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Sr. Fernando Ruas Machado, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/MG); Sr. Rodrigo Borges de Melo, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, Titular da ONG (Organização não-governamental) Associação Cerrado Vivo para Conservação da Biodiversidade (CERVIVO); Sr. Rodrigo de Castro Amedee Peret, Titular da ONG Ambiente e Educação Interativa (AMEDI); Sr. Alexander Martin Silveira Gimenez, Titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/ARAXÁ); Sra. Glaucimar Soares da Silva Vieira, Titular do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). ANDERSON (PRESIDENTE): Bom dia todos. Já havendo o quórum regimental vamos dar início à pauta da 120ª (centésima vigésima) Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Daremos início com a Execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em exercício, Dr. Nalton Sebastião Moreira da Cruz.** Mais uma vez bom dia a todos, meu nome é Anderson, estou aqui por determinação do Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em exercício, Nalton Sebastião Moreira da Cruz, para presidir a reunião de hoje. Item 3 da pauta: **Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais.** Antes



de dar palavra aos Conselheiros, nós já tivemos retorno à moção que foi aprovada na última reunião desta URC. Vou fazer a leitura do retorno da moção para que tenhamos ciência do seu conteúdo. “Em resposta ao Memorando 399/2015, data de 25 de agosto de 2015, através do qual foi encaminhado a essa Gerência de Compensação Ambiental (GCA), a moção número 001/2015 assinada pelo Presidente Suplente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do COPAM; informamos que a redação e os estabelecimentos dos prazos da Condicionante de Licenciamento Ambiental são de competência das URC’s as quais também serão responsáveis, juntamente com a SUPRAM competente pelo copiamento e cumprimento das Condicionantes estabelecidas, inclusive podendo solicitar informação ao IEF sobre status do cumprimento pelo empreendedor na compensação estabelecida. Nesse sentido a URC COPAM pode, entendendo a pertinência do estabelecimento de um prazo maior para o processo que seja protocolizado perante o IEF, fazer os ajustes necessários nas Condicionantes estabelecidas”. Foi um pedido feito na última reunião do COPAM, em que havia a minuta padrão de Condicionante relativa à compensação do SNUC, prevista na Lei 9.985, em que o prazo para protocolo, formalização junto ao IEF para cumprimento da compensação era de 30 dias, ou seja, o IEF nos respondeu dizendo que compete à equipe da SUPRAM. Assim, a equipe vai estar trabalhando no sentido de verificar o prazo em que demora a formalização do processo conforme a Portaria 55 para estar estabelecendo junto a Condicionante o prazo correto e necessário para formalização, sem maiores delongas na abertura do processo. FERNANDO RUAS (ABES): Mais uma dúvida, que eu não fiquei, assim, não está claro para mim. É referente somente ao prazo? Porque está falando que ficou aberto. Porque se às vezes a empresa, se for uma revalidação, se for uma LP, se for uma ampliação, a equipe técnica tem a liberdade de fazer a sua análise e definir alguma coisa, jurídico, é isso? ANDERSON (PRESIDENTE): Para esclarecer ao Conselheiro, a questão que foi levantada na última reunião do COPAM e levada em forma de moção, é relativo ao prazo. Foi solicitado só se haveria liberdade junto à equipe da SUPRAM a ampliação do prazo, que era fechado de 30 dias. Não houve nenhum tipo de indagação junto à equipe do IEF à cerca de quando se solicita a compensação ambiental, ou seja, a necessidade de solicitação prevaleça as regras anteriormente estabelecidas de acordo com a 9.985, no artigo 36. FERNANDO RUAS (ABES): Ok. Muito obrigado. ANDERSON (PRESIDENTE): Item 3 - **Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais.** Fiquem à vontade. Não havendo Comunicados e assuntos, passar para o item 4. **Exame da Ata da 119ª RO de 21/08/2015.** Em discussão. Se todos de acordo com o Exame da Ata, conforme foi disponibilizado, permaneçam como estão. Ata aprovada. Item 5. **Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação:** 5.1 Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM - Barragem de contenção de rejeitos / resíduos - Araxá/MG - PA/Nº 00033/1981/061/2014 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. **RETORNO DE VISTA pelos Conselheiros: Thiago Alves Nascimento representante da FIEMG, Letícia de Almeida Maestri representante da ONG ANGÁ, Glaucimar Soares da Silva Vieira representante do CODEMA, Rodrigo de Castro Amedee Peret representante da ONG AMEDI e Márcio Adriano Bochio representante da FEDERAMINAS.** Esse processo é um retorno de vistas, ele será discutido após fazer a leitura de todos os processos. Item 6. **Processo Administrativo para exame da Licença de Operação - “Ampliação”:** 6.1 Britagem São Salvador Ltda. - Extração de rocha para produção de britas com ou sem tratamento, unidade de tratamento de minerais - UTM, barragem de contenção de rejeitos, pilhas de rejeito de estéril; estradas para transporte de minério/estéril e britamento de pedras para a construção do basalto - Uberlândia/MG - PA/Nº 00344/1991/010/2014 DNPM 831.013/1991 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. **BAIXADO EM DILIGÊNCIA.** THIAGO (FIEMG): Gostaria de pedir vista do processo, em razão de fato novo superveniente. ANDERSON (PRESIDENTE): Mais alguém gostaria de



fazer vista? Vista concedida. A partir do item 7 da pauta nós iremos fazer a leitura em bloco. Então, se algum Conselheiro quiser fazer o destaque, gentileza fazer o pronunciamento. Caso não houver nenhum destaque vamos fazer a votação e aprovação de todos os processos em bloco. Item 7. **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia:** 7.1 Solatio Brasil Gestão de Projetos Solares Ltda. ME / Usina Solar Fotovoltaica Guimarães 1 e 2 - Usina solar fotovoltaica, Linhas de transmissão de energia e Subestação de energia elétrica - Guimarães/MG - PA/Nº 14867/2015/001/2015 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Há um destaque da SUPRAM TMAP. Mais algum destaque? Item 8. **Processos Administrativos para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação:** 8.1 Leonardo Américo Coelho e Outra / Sítio Coelho - Avicultura de corte e reprodução e Bovinocultura de corte (extensivo) - Monte Alegre de Minas/MG - PA/Nº 29729/2014/001/2014 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. Há um destaque da SUPRAM TMAP. Mais algum destaque? GLAUCIMAR (CODEMA): Destaque. ANDERSON (PRESIDENTE): Item 8.2 Cooperativa dos Garimpeiros da Região de Coromandel - Estradas para transporte de minério / estéril e Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho - Coromandel/MG - PA/Nº 00835/2014/001/2014 DNPM 830706/2009 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. GLAUCIMAR (CODEMA): Destaque. ALEXANDER (CEFET): Destaque. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Destaque. ANDERSON (PRESIDENTE): Mais algum destaque? Item 9. **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação - “Ampliação”:** 9.1 Usina Cerradão Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Frutal/MG - PA/Nº 10203/2006/010/2015 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. RODRIGO (CREA): Destaque. ANDERSON (PRESIDENTE): Item 10. **Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação Corretiva:** 10.1 Três Marias Indústrias e Comércio Ltda. - Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios - Presidente Olegário/MG - PA/Nº 13534/2007/002/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Há um destaque da equipe técnica da SUPRAM. Mais algum destaque? RODRIGO (CREA); Destaque. ANDERSON (PRESIDENTE): Item 11. **Processo Administrativo para exame da Licença de Operação:** 11.1 Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM - Metalurgia dos metais não ferrosos em formas primárias, inclusive metais preciosos e correias transportadoras - Araxá/MG - PA/Nº 00033/1981/062/2015 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Sem destaque. Item 12. **Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva:** 12.1 Israel Rosalin e Outros / Fazenda Mata dos Fernandes (Sítio Juá / Viveiro Valoriza) - Viveiro de produção de mudas de espécie agrícolas, florestais e ornamentais - Patos de Minas/MG - PA/Nº 10359/2005/002/2015 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. Sem destaque. Item 12.2 Cargill Agrícola S.A. - Armazenagem de grãos ou sementes não associadas a outras atividades - Ibiá/MG - PA/Nº 33866/2014/001/2015 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Sem destaque. Item 13. **Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação:** 13.1 Limpebrás Resíduos Ltda. / Aterro Sanitário de Uberlândia - Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos e tratamento, inclusive térmico e disposição final de resíduos de serviços de saúde (grupo A - Infectante ou Biológico) - Uberlândia/MG - PA/Nº 00353/1996/012/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Sem destaque. Item 13.2 Prefeitura Municipal de Monte Carmelo / Aterro Sanitário - Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos - Monte Carmelo/MG - PA/Nº 00096/1998/005/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Sem destaque. Nos processos que não tiveram destaque 11.1; 12.1; 12.2; 13.1 e 13.2 há inscritos que gostaria de fazer uso da palavra, para sua votação em bloco? Não? Os processos que serão lidos em bloco serão: 11.1; 12.1; 12.2; 13.1 e 13.2. Alguém quer fazer uso da palavra, que esteja inscrito, para não fazer a votação em bloco



148 desses processos? Não há ninguém? CARLOS VALERA (PGJ): Bom dia a todos, Sr.
149 Presidente, só no item 12.1 queria registrar a nossa abstenção, em decorrência de haver uma
150 discussão jurídica sobre o Novo Código, não deve ter lugar aqui porque a SUPRAM já tem a
151 sua posição. Então, obviamente me abstenho e o colega lá na Comarca adota as medidas
152 judiciais que ele refutar cabíveis. Muito obrigado. ANDERSON (PRESIDENTE): Ok. Então,
153 coloco em votação os itens 11.1; 12.1; 12.2; 13.1 e 13.2; aqueles que estiverem de acordo com
154 o Parecer da equipe técnica e jurídica da SUPRAM permaneçam como estão. Processos
155 aprovados, com a abstenção já esclarecida pelo Conselheiro do Ministério Público.
156 Retornamos agora ao processo 5.1 - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração –
157 CBMM. Antes do retorno de vistas que será dada a palavra para cada Conselheiro, a equipe
158 técnica deseja fazer a manifestação. Equipe técnica, por gentileza. ANDERSON (SUPRAM):
159 São 02 (dois) destaques que a gente gostaria de fazer. Um é no item 8 - MEDIDAS
160 COMPENSATÓRIAS PELA INTERVENÇÃO EM APP E PELA SUPRESSÃO DE
161 VEGETAÇÃO, no último parágrafo, na página 23 que continua na 24, onde se lê: “*acrescido*
162 *ainda de mais 7,49 hectares antropizados a serem recuperados*”, o valor correto é 14,23
163 hectares antropizados a serem recuperados. Outro destaque nosso é com relação à
164 Condicionante número 2: “*Averbar, às margens da matrícula 32.970, da Fazenda São*
165 *Sebastião, a área de compensação ambiental proposta ao IBAMA, totalizando 89,67*
166 *hectares, como sendo de uso restrito, condicionado a autorização do órgão ambiental*
167 *competente*”. Na verdade, a gente queria pedir a exclusão dessa Condicionante porque o
168 empreendimento, a pedido também do IBAMA, já formalizou junto ao IEF o pedido de
169 constituição de RPPN dessa área. Condicionante número 2, averbar à matrícula a área de
170 compensação. Na verdade, já tem protocolado junto ao IEF para tornar essa área toda em
171 RPPN. ANDERSON (PRESIDENTE): Passo a palavra aos Conselheiros que fizeram vistas.
172 FREI RODRIGO (AMEDI): Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria primeiro de fazer uma
173 retificação da redação, porque houve um erro de informação. É com relação ao Rio
174 Pirapitinga, ele não faz parte dos rios que fazem parte da cidade de Araxá. Acho que todos os
175 Conselheiros já viram o Parecer, mas eu gostaria de rapidamente fazer uma incursão através
176 do Parecer e o que que nos motivou, e o que a gente desenvolveu juntamente com a
177 CERVIVO. Nós fizemos algumas considerações gerais nisso, essa questão da importância
178 acho que todos nós sabemos, não precisa de repetir, essa questão dos quesitos ela é muito
179 importante, existe o histórico de contaminação e existe um conflito, deslocamento de famílias.
180 O que a gente então a partir disso daí tentou refletir? Num primeiro momento nós fizemos um
181 pouco esse histórico, que foi a mais de 30 anos atrás, um problema da B4 e a contaminação
182 que ainda existe nos próprios relatórios que a CBMM entrega para a FEAM, acima daquele
183 05 miligramas/litro de bário. A partir daí um vazamento que houve, mas não estava a
184 barragem com nenhum material, que seria perfuração daquela lona de proteção, a manta de
185 polietileno na Barragem 6. Então, o que nós fizemos? Isso, a gente tem uma preocupação,
186 como se arrasta a muitos anos a contaminação, com o método utilizado, ele hoje é
187 questionável, quem nos coloca isso são funcionários da FEAM. E a própria precipitação dos
188 produtos químicos que são utilizados para fazer a precipitação do Bário está causando outras
189 contaminações, como de Sódio, Cloreto de Fosfato, a gente então procurou aprofundar, mas
190 antes disso a gente foi na Barragem 8, que é o item 4 do Parecer. A partir do estudo do
191 EIA/RIMA, eu procurei, eu tenho formação religiosa, mas eu também sou Engenheiro Civil,
192 mas minha formação é aquém de tudo isso. Então, a gente tem o dever de pedir informações e
193 de questioná-las. A primeira seria, as pessoas que nós consultamos nos valem muito,
194 informalmente, de Professores aqui da Universidade Federal de Uberlândia e de outras
195 Universidade, no Estudo que originou a escolha, que foram 03 áreas e aí resultou em 01 que
196 se questiona, o EIA/RIMA na sua parte biótica é bastante intensa e na parte aviótica e foi



197 aonde eu coloquei aqui na perspectiva de geologia, solos, e geomorfologia e geografia, ele vai
198 muito aquém do que as normas técnicas dizem que deveria ter sido feito. Não houve nenhuma
199 análise de identificação das rochas, como minerologia, composição química, estágio de
200 alteração e essas análises são fundamentais para se saber quais elementos elas podem liberar
201 ao Meio. Na questão dos solos, eles foram classificados sem nenhuma análise química-física.
202 Na questão da geomorfologia não tratou da questão da estabilidade do relevo, se preocupou
203 muito mais; muita atenção na questão do declive. Na questão da hidrografia, as análises que
204 existem lá são muito sucintas para o tipo de problema que persiste, não foram feitas análises
205 da água para saber quantidade de elementos e compostos. Depois, futuramente, como que vai
206 se falar de monitoramento, como que nós vamos fazer uma sequencia histórica para dizer no
207 futuro o que isso significa. E a algumas Condicionantes, lá no EIA/RIMA, dentro da 8, os
208 pontos de coleta são poucos, apenas 01 e não está na saída da Barragem 8, está na saída da
209 Barragem, mas talvez seria interessante, a gente coloca como recomendação a necessidade de
210 pelo menos mais um ponto. E depois o que nós fizemos? Consultando a FEAM, que aqueles
211 02 Certificados na Internet, das áreas contaminadas, pedi ao Dr. Valera para que me ajudasse.
212 Eu queria saber qual é a documentação que justifica a FEAM expedir aquele Certificado?
213 Mesmo sabendo que hoje existe aquele Cadastro que a própria Companhia deve alimentar
214 esse Cadastro. Então, a gente recebeu 02 Notas Técnicas elaboradas pelo IGAM em cima de
215 processos do próprio Ministério Público, que já vem acompanhando, que seria uma de
216 Fevereiro de 2013 e uma Nota Técnica elaborada pela FEAM e IGAM, a primeira só do
217 IGAM, a outra FEAM e IGAM de Julho de 2015. Então, basicamente todo o restante do
218 Parecer a gente tentou, uma vez que nem todo mundo lê, a gente tentou citá-las na íntegra. A
219 FEAM e IGAM, vem dizendo que os relatórios da CBMM não são suficientes e carecem de
220 detalhamento e cálculos que demonstrem suas afirmações, por exemplo, num extenso
221 relatório que vai desde o início a empresa cita no relatório apresentado em 2013 que as
222 medidas implantadas para mitigar a contaminação conseguiram reduzir sua abrangência em
223 90%, no entanto, tal afirmativa não demonstrada por cálculos que deveriam subsidiar. Depois,
224 o monitoramento, aí são palavras minhas, da CBMM é inadequado e não suficiente; e se
225 constata de novo nesse Parecer de 2015, os mapas elaborados, lá diz assim, alguns mapas
226 elaborados podem ser ainda aprimorados considerando a necessidade conforme explicado
227 numa reunião anterior. Então, a gente sente que algumas recomendações que a FEAM, ao
228 logo do tempo vem fazendo não são atingidas. O monitoramento não é feito em pontos e
229 localizações suficientes ou adequadas e o texto diz assim, que a CBMM, *“a mesma optou por*
230 *não fazê-lo, sem, contudo apresentar qualquer justificativa de ordem técnica”*. Depois, mais
231 para frente coloca assim: *“ao se observar a atual distribuição dos pontos de monitoramento”*
232 e lá no documento da FEAM tem um mapa, *“a mesma optou por não fazê-lo”*, ah desculpa,
233 *“conclui-se que as plumas não estão adequadamente limitadas em toda a sua extensão. A*
234 *pluma próxima ao Grande Hotel, mais oeste, por exemplo, não possui pontos suficientes para*
235 *segurar a delimitação apresentada pelo software empregado, já que não apresenta poços nas*
236 *poções com concentrações maiores e menores que 05 miligramas/litro, parte sul e sudeste. O*
237 *mesmo ocorre nas outras duas plumas em diferentes regiões das mesmas. Quanto à*
238 *delimitação vertical a mesma encontra-se pendente para toda área, sendo essencial para*
239 *eficiência do bombeamento e para implantação de futura contenção ao avanço das plumas”*.
240 Mais à frente a CBMM, questão dos poços de sangria, até Dezembro de 2014 não monitorava
241 e apresentava; não monitorava e apresentava resultados das águas tratadas, efetivamente
242 lançadas ao Meio Ambiente. Depois, nós constatamos dados faltantes dos relatórios
243 apresentados pela CBMM, que dizem respeito a uma Condicionante do Monitoramento
244 estabelecida quando da outorga dos poços. Então, com relação ao entendimento do IGAM, de
245 que houve dados faltantes, agora citando o documento de novo, que houve dados faltantes nos



relatórios apresentados pela CBMM. Representantes da empresa alegaram que teriam atendido às frequências acertadas no Licenciamento junto à SUPRAM. Entretanto, diz o documento, independentemente das Condicionantes da Licença Ambiental, havia também uma Condicionante de Monitoramento, estabelecida nas outorga dos poços, que previa a frequência mensal de análise de alguns parâmetros, o que não foi atendido. O IGAM e a FEAM entendem que havendo duas Condicionantes de Monitoramento com frequências distintas, no entendimento IGAM/FEAM, prevalece aquele de maior nível de exigência, ou seja, a que estabeleceu maior frequência de medições. Existem pendências, existe um pedido da FEAM para que a empresa delimitasse as plumas da fase dissolvida, conforme demonstra mais na frente no documento e ainda essas pendências continuam. Uma outra constatação que a gente vê, que mesmo não sendo adequado esse monitoramento, que a gente já relatou, registra-se um crescimento da contaminação em determinados pontos que migram conforme as referências feitas nos relatórios, isso está lá na página 08. Aqui, todos os crivos são meus. A técnica de remediação é questionável pela sua baixa eficiência e a própria mediação está gerando problemas, subprodutos das reações que são contaminantes, diz o texto. A observação das plumas de sulfato, sódio de cloreto permite verificar a forte associação entre essas substâncias, elementos, especialmente quanto ao Sulfato e ao Sódio, cujas plumas são praticamente coincidentes, ao contrário do Bário e do Cloreto. Esses elementos aumentaram na área ao longo do período de remediação, exatamente por serem inseridos no Meio Ambiente para que ocorra reação própria da remediação, por isso são chamados contaminantes secundários. Considerados os períodos aqui apresentados verifica-se o aumento da concentração desses elementos-substâncias na área, tem os alvos de ações já desenvolvidas até o momento, ou seja, então, o processo de remediação está causando outros tipos de contaminação. Existe também, num dado momento do documento, que quando a remediação, o relatório de monitoramento não atende as normas da ABNT e não assegura a eficácia e a eficiência da remediação. Diz assim: a remediação deve assegurar que não só age em contenção da pluma, mas também em sua eliminação, considerando que as mesmas extrapolam a área do empreendimento e tem tendência de migrarem em direção a bem se proteger, como a Comunidade do Grande Hotel, os Turistas da região. Além disso, o tempo de remediação deverá ser fixado, especialmente a observarmos o tempo já despendido com a técnica que se tem alcançado a solução definitiva. Como muitos aspectos previstos nas Normas Técnicas da ABNT, aplicáveis nas áreas contaminadas não foram adequadamente abordados nos estudos apresentados. É recomendável a contratação de uma empresa especializada no gerenciamento de áreas contaminadas e com experiência reconhecida. Nesse sentido, o relatório apresentado mais recentemente não atende ao que preconiza as Normas da ABNT e não assegura a eficácia e eficiência da remediação, incluídas a contenção completa das plumas e sua eliminação no período razoável. Novamente, eles afirmam que a remediação vem causando impacto ambiental, existe o impacto ambiental secundário, resultante da própria remediação inclusive, observa-se que esses elementos compostos não vêm sendo contidos pela remediação. Aqui então, a gente avança algumas recomendações para, principalmente, em vista do que a Nota Técnica diz o seguinte, o processo de remediação vem sendo conduzido a décadas, sem que haja uma solução definitiva da contaminação. A extração de águas subterrâneas para tratamento em superfície, a infiltração de Sulfato de Sódio e o monitoramento do aquífero iniciaram-se em 1984, ou seja, há 31 anos. Ressalta-se que isso contraria o prazo máximo previsto na DN COPA CRH nº 02/2012, para remediação 04 anos e monitoramento para reabilitação 02 anos. Então, o que FEAM e IGAM recomendam e eu acho que nós poderíamos reforçar, porque estamos discutindo uma nova Barragem numa área, numa região que tem contaminação. Elaborar o plano, isso já é um pedido deles, elaborar um plano para reabilitação de área contaminada a ser apresentado pela CBMM à FEAM;



acompanhamento do processo por empresa de consultoria especializada e de experiência aprovado no gerenciamento de áreas contaminadas. Eu não vou repetir, aí coloca a citação, no monitoramento realizado ser ineficiente, no nosso ponto de vista agora, seria necessário ampliar o enfoque, extrapolando as análises físico-químicas, incluir também análise toxicológicas, uma questão relativa a Meio Ambiente e Saúde das águas superficiais e subterrâneas, assim como de sedimentos, praticamente não se fala em sedimentos. É questionável, aí é uma observação nossa, o fato de que todas as análises sejam consideradas como *Background*, existem outros documentos que dizem que não, é só questionar por que os postos de coleta não eram suficientes, que diziam que o *Background* seria 02 miligramas/litro. Mas, na verdade, mesmo sendo 05 miligramas/litro os níveis de ocorrência, que seriam os níveis de ocorrência natural, e são muito variáveis em relação à distribuição espacial e temporal. Então, seria altamente recomendável que seja solicitado uma análise desses níveis em pelo menos 02 áreas, uma a montante e outra a jusante. De qualquer maneira fica uma questão, é inaceitável do ponto de vista das recomendações do Ministério da Saúde, a Portaria 2.914/2011 que esse parâmetro seja tratado com normalidade, mesmo que se trata de uma questão natural eu me pergunto como que fica a população, quem se serve das águas do Barreiro e etc. Essa discussão nós temo que fazê-la, independente do empreendimento em si então, captar água em outro local para o pessoal beber. Na verdade, lá na frente nós vamos falar que foi feito um acordo de litígio anterior que existe, com aquelas famílias que foram retiradas da área por causa de contaminação e qual foi a solução? Que a Prefeitura continuasse a fornecer água mineral para as famílias e foi acordado assim e continuaram ali atrás daquela Igrejinha do Barreiro, naquela subida, naquela região ali. Então, significa que é de conhecimento público, pelo menos nos documentos, que essa contaminação existe. Outro aspecto, é recomendável que os contaminantes secundários, provenientes da remediação sejam rigorosamente monitorados, Cloreto, Sódio e Sulfato. E esse monitoramento ia ser feito inclusive nos postos utilizados pela população para consumo humano e dessedentação animal. Do ponto de vista da remediação, é claro então que a gente acredita do que está sendo colocado, vamos escutar depois a empresa, são necessárias medidas efetivas de contaminação da pluma, de contaminação, e para isso só um monitoramento rigoroso. Existe um conflito com essas famílias, existe um processo correndo, inclusive de indenização, isso então, é claro, como é contencioso, tem as duas partes, uma coisa e outra, mas a luta é contra a contaminação das águas por metais pesados, do Barreiro, em Araxá, aí tem uma descrição. Eu me baseio muito nessa sétima parte, nós nos baseamos muito nas falas e conversas com a população, principalmente com aquelas 200 famílias que foram atingidas diretamente, mas desde 2008 na Comarca de Araxá são de 500 processos de pedido de indenização por dano à saúde causado por contaminação. Aqui, não sou eu que vou julgar se eles são reais ou não, mas a verdade é que os processos existem, ou seja, existe um conflito. Eu me baseei na consulta que eu fiz ao Observatório de Conflitos Ambientais, no Mapa de Conflitos Ambientais de Minas Gerais, no Grupo de Estudo e Temáticas Ambientais, o GESTA da Universidade Federal de Minas Gerais, depois tem o Núcleo de Investigação de Justiça Ambientais de Minas Gerais, da Universidade de São João Del Rey e o pessoal do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Sócio Ambiental da Unimontes. O relato, eu não vou entrar muito em detalhes, mas como a gente também representa aqui a Sociedade Civil Organizada, essas famílias, o índice que elas colocam de doenças cardiovasculares, câncer e etc, é bastante alto. Nós, conversando com quem acompanha o processo, há mais 30 clientes que já faleceram, que pertencem a essas famílias. O caso, ele continua em litígio, houve então essa audiência que eu coloquei, é claro que parte da contaminação não vem no caso, amplo, que nós estamos discutindo aqui, vem da Arafertil, Bunge e da área que hoje está na mão da Vale. Basicamente é isso, no final, quando a gente faz um pequeno resumo, as Barragens apresentaram deficiência com vazamento,



344 famílias tiveram que deixar suas casas pelo fato da água estar contaminada; a continuação
345 continua com a presença de outros elementos contaminantes secundários. Os números
346 considerados de 05 miligramas/litro de Bário não são comprovados por exames da realidade
347 dos solos, ainda que estivessem comprovados, são 06 vezes acima as exigências Normativas,
348 é aquilo que referi anteriormente, mesmo que seja o Background natural cabe uma grande
349 reflexão, os relatórios fazem afirmações que não comprovadas, as Notas Técnicas apontam
350 essas eficiências, os Mapas não são suficientes, falta Monitoramento de Arrasto, Análise de
351 Sedimentos, é necessária uma análise do Manancial, os pontos de monitoramento, pelo que
352 foi constatado, são ineficientes e localizados de maneira inadequada, as amostras não
353 contemplam parâmetros eco-toxicológicos, trata-se de monitoramento ineficiente por
354 qualidade e por parâmetros mostrados, a remediação adotada gera impactos, os dados
355 apresentados nem sempre atendem às Normas da ABNT, as técnicas adotadas na remediação
356 estão sendo aplicadas há décadas em apresentar efetividade. Então, a nossa pergunta, a nossa
357 reflexão final é essa aqui. Então, todas as nossas inseguranças são de inconsistências para a
358 situação já existentes. Como se pode pensar em autorizar a preparação de novos tanques sem
359 que esses problemas referidos estejam efetivamente resolvidos. O adequado seria oferecer um
360 tempo, de mais de 01 ano, para que a CBMM cumpra essas recomendações e Condicionantes,
361 ou seja, cumpra isso que a FEAM vem pedindo, adote as medidas necessárias para controlar e
362 reduzir as contaminações efetivamente, oferecendo condições “insufismárias” de que a água
363 não esteja contaminando os Mananciais e a que está sendo consumida pela população, seja ela
364 para abastecimento humano ou dessedentação animal e adequação e demais usos estejam em
365 padrões definitivos. É necessário o monitoramento do teor de metais e outros elementos, ao
366 menos, mais um ponto de monitoramento nas águas superficiais e na saída da B8, em
367 ampliação dos compostos e elementos a serem analisados. Aqui, eu gostaria de terminar essa
368 primeira colocação, não é um discurso conta a Mineração, não é um discurso contra nenhuma
369 atividade econômica, mas é um discurso sobre a importância de se adequar uma atividade
370 econômica a uma segurança razoável. Partimos de um relatório feito por uma Instituição
371 Oficial, com fé pública e nós gostaríamos então, de mais informações, porque a gente tem
372 essa responsabilidade junto à população. Eu acredito que existe um desafio muito grande na
373 sociedade hoje, o extrativismo, a mineração, é extremamente importante, mesmo porque tudo
374 que está dentro dessa sala é fruto da extração, seja qual ela for os elementos extraídos, mas
375 nós temos que sair de um sistema de extração predatório para um sistema de mineração
376 adequado às Normas, adequado àquilo que a sociedade exige, às relações com o Meio, para
377 quem sabe um dia, para garantir que a mineração possa aquecer para as gerações futuras
378 daquilo que é realmente necessário nesse momento histórico da nossa sociedade. A gente vê,
379 por exemplo, e termino, a gente sabe que o minério de ferro, vou dar, um outro exemplo, hoje
380 no mercado ele abaixou substancialmente seu preço, a China está abarrotada de ferro, o que as
381 empresas fazem? Aumentam a produção para manter seus lucros, os dados estão aí
382 comprovando. Nós estamos com uma preocupação muito grande na mudança do Código da
383 Mineração, que está em discussão, deve acontecer por agora, já apanhamos bastante no
384 Código Florestal e aí estamos vendo o que aconteceu com os Mananciais da Cantareira e etc.,
385 quando se desrespeita algumas normas, mas então, a gente queria estabelecer esse diálogo,
386 entendendo que existe essa possibilidade e não se trata de um empreendimento com
387 dificuldades. Então, essa é a nossa colocação, desculpa ter estendido um pouco mais,
388 agradeço a paciência de todos. ANDERSON (PRESIDENTE): Palavra ao Conselheiro da
389 FIEMG. THIAGO (FIEMG): Bom dia a todos. Bom, primeiro, que bom que o Frei reconhece
390 que a mineração é importante, porque a gente vê o notebook dele da maçozinha, tudo isso é
391 bem interessante. Bom, o meu Parecer vai acompanhar o Parecer técnico da SUPRAM e sobre
392 as questões levantadas aqui, os questionamentos, eu gostaria de escutar a equipe do



empreendedor, para a gente entender se existem os apontamentos, se alguma consideração feita pela empresa. ANDERSON (PRESIDENTE): Ok. Antes de ouvir a equipe do empreendedor vou ouvir a equipe técnica da SUPRAM. Vamos ouvir também o outro Conselheiro. São 03 Conselheiros, foi um pedido de vista conjunta e uma o Conselheiro do CODEMA, que está faltando agora. Fique à vontade Conselheira. GLAUCIMAR (CODEMA): São breves sugestões com relação ao item 5 do Anexo I do Parecer ÚNICO da SUPRAM, eu sugiro que o tempo para comprovação do plantio das mudas, de Pequi, que serão plantadas com relação a compensação da supressão de 02 espécies, de 36 para 24 meses, sugiro que seja reduzido esse prazo. E a outra questão é que como o empreendimento está inserido em área urbana do Município, eu entendo que existe uma necessidade que seja realizado também, compensações dentro do perímetro urbano, quer dizer, da área diretamente afetada, na questão dos moradores ou do próprio Barreiro. Então, sugiro que seja, e gostaria de saber se haverá uma compensação para essa população ou no Barreiro. ANDERSON (PRESIDENTE): Os empreendedores estão inscritos e podem fazer uso da palavra. Bom dia a todos, MARCOS BOTELHO (Representante da CBMM), gostaria de apresentar aos senhores alguns esclarecimentos a respeito de, nosso entendimento, alguns equívocos apresentados no Parecer da AMEDI, da CERVIVO e para tal eu gostaria de saber quanto tempo nós temos para expor os nossos comentários aqui, Sr. Presidente? ANDERSON (PRESIDENTE): De acordo com regimento interno o senhor tem 05 minutos, prorrogável por mais 01 minuto. MARCOS BOTELHO (CBMM): Até perguntar em relação a um tema tão complexo, essa matéria, se poderia um pouco mais de tempo, mas 01 minutos, ok, vamos tentar fazer dentro do tempo. ANDERSON (PRESIDENTE): Vamos exigir 05 minutos, prorrogável por mais 01. Quando há necessidade de maiores esclarecimento para o Conselho, necessite, a gente pode sim ampliar o prazo, se houver alguma dúvida que o Conselho precise que seja esclarecido. Então, ou seja, 05 minutos regimentais que é direito do empreendedor, o que passar desse prazo compete ao Conselho, se caso necessite de mais esclarecimentos, a gente consegue estar ouvindo para sanar as dúvidas que ainda pairam. MARCOS BOTELHO (CBMM): Perfeitamente, obrigado. Pois bem, nós vamos citar aqui 03 Blocos; primeiro é a respeito das Barragens, que é o item 3 e o item 5 do Parecer, depois nós vamos comentar a respeito dos questionamentos analisados a respeito ao Estudo de Impacto Ambiental, o EIA, e por último nós vamos comentar algumas observações importantes e relevantes sobre o conflito de deslocamento de famílias, que foi mencionado no Parecer. Então, referente ao primeiro ponto citado no Parecer, sobre a contaminação da área próxima a Barragem 04, nós gostaríamos de esclarecer que não há nenhuma relação entre o evento da Barragem 04 e o evento da Barragem 08, que é o objeto aqui de Licenciamento. A contaminação da Barragem 04 aconteceu a partir de um processo que não está mais em operação, ele foi totalmente substituído e a nova Barragem 08 será implantada com uma tecnologia distinta e tida como uma das melhores práticas existentes na atualidade. Gostaríamos ainda de esclarecer que a remediação na área em questão está em andamento desde 84 sim, por meio de ações acordadas e um Convênio firmado com o Governo do Estado e um TAC firmado com o Ministério Público, todas as medidas exigidas à Companhia vem sendo atendidas rigorosamente e os dados reportados aos órgãos da Administração Pública Ambiental pertinente desde então, atualmente, 90% da remediação já foi realizado. Embora até foi comentado aqui do Parecer, não existem evidências de como é calculado, as evidências são colocadas no relatório e apresentadas. Nós estamos em um processo de diálogo e reuniões técnicas com a FEAM, com o IGAM, para discutir com eles como se dá a remediação, como são feitos os cálculos e como nós estamos fazendo as melhorias necessárias para o empreendimento e ouvindo deles quais as demandas necessárias para a melhoria da remediação que é realizada naquela região. Esse processo de discussão técnica com o órgão



ainda não foi terminado e está em andamento nesse momento. Então, melhorias virão, são muito bem-vindas e serão acatadas dentro do prazo determinado. Referente ao ponto onde é citado um suposto vazamento, agora eu vou entrar na área da Barragem 06, onde foi tido que houve um suposto vazamento de contenção, um suposto vazamento de águas naquela Barragem que usado de “peage”, gostaríamos de comentar que esse evento ocorreu no início de 2006 quando a Barragem estava em fase de pré operação, conforme citado no próprio laudo anexo ao Parecer, no laudo que foi solicitado pelo Ministério Público, naquele momento a Barragem 06 apresentava no seu interior apenas água de chuva e o rejeito extraído a operação de Nióbio continuava sendo exposto na Barragem 05 que estava em operação, um incidente foi constatado em fase de teste da manta, pré operacional, quando uma chuva torrencial de 1/3 do volume previsto para o mês ocorreu e foi possível observar que uma drenagem de água pluvial onde havia uma irregularidade na soldagem, na manta, foi permitida uma passagem de água por debaixo da manta e causou 02 furos abaixo da linha da água. Com isso, o sistema de drenagem implementado sobre a manta e o procedimento de vazão desse sistema detectou um aumento de vazão, existe um sistema de segurança implementado nessas Barragens. Essa Barragem não é uma Barragem convencional, além dela ser revestida com a manta, embaixo dela existem drenos aonde são monitorados sistematicamente as suas vazões e é o aumento dessas vazões que pode detectar um possível furo na manta. Durante a fase pré operacional quando estava com a água de chuva, no início de 2006, houve sim uma falha de soldagem e houve uma passagem de água, que faz esse furo e essa água percolou, esse ponto foi imediatamente identificado, foram realizadas inspeções no lago, por mergulhadores, encontrados 02 furos que foram reparados, conforme citados no próprio laudo de vistoria que acompanha o Parecer. Também mencionado no Laudo de Vistoria para o Ministério Público, embora não tenha sido transcrito no Parecer da AMEDI/CERVIVO, que o ocorrido não causou qualquer dano ao Meio Ambiente e que todos os monitoramentos realizados evidenciaram que o Meio Ambiente não sofreu qualquer alteração e desde então a Barragem opera sem nenhuma reincidência do evento. E esta mesma experiência, de 09 anos da operação da Barragem, que vai ser levada para a Barragem 08, então, é uma Barragem de alta tecnologia, aonde várias lições são aprendidas. A não reincidência mostra o comprometimento e as ações para não reocorrer esse tipo de vazamento e isso será aplicado na Barragem 08. Agora eu vou querer comentar um pouco sobre o status do EIA/RIMA. Já em relação ao estado do EIA/RIMA, onde diz que informações extramente superficiais foram apresentadas, que poucas informações foram levantadas, nós nos opomos fortemente a esta colocação. Isto porque o EIA, o Estudo de Impacto Ambiental é constituído de 04 peças. Ele é constituído por essa primeira peça que é o Estudo de Alternativas Locacionais, o volume 01 que está na mão do Frank, aonde a gente o estudo do meio físico; o volume 02 onde a gente tem o Estudo do meio biótico e o RIMA propriamente onde estão. ANDERSON (PRESIDENTE): Gentileza concluir, 01 minuto. MARCOS BOTELHO (CBMM): Pois não. Então senhores, nesses Pareceres nós temos todas as informações devidamente registradas sobre solo, sobre a geologia, sobre geomorfismo, sobre hidráulica, por exemplo, foi citado que nós não havíamos feito nenhum monitoramento de água na região, no entanto, se a gente pegar na página 241 e 247 do volume 01, nós vamos identificar que esses pontos de monitoramento foram realizados sim, em 06 pontos superficiais e 11 pontos de águas subterrâneas. E vale lembrar também que o EIA questionado já foi apresentado no processo de licenciamento prévio deste mesmo empreendimento e foi aprovado por este Conselho, inclusive com voto favorável da AMEDI, autora do Parecer em questão. E todas as informações do EIA migraram para o PCA que foi colocado para apreciação dos senhores para esse agora desse sistema de instalação. Já em relação ao último tema, aos mais de 500 processos citados no Parecer da AMEDI/CERVIVO, aonde pessoas



teriam que ser removidas de suas casas em função do abastecimento de água contaminada, gostaríamos de trazer à informação dos senhores uma informação muito valiosa e que não consta no Parecer. Constan das ações um Laudo Pericial homologado pelo Juiz competente que atesta que, o Bário existente nas águas que abasteceram as residências dos moradores no Alto Paulista é de origem natural e não tem qualquer relação com as atividades realizadas pela CBMM. Não há qualquer indício técnico ou evidência científica da contaminação das águas da região que abasteceram tais residências e ainda que houvesse qualquer nexo de causalidade entre ela e as atividades desenvolvidas pela empresa. Já a mudança dos moradores da região para outras localidades se deve exclusivamente ao fato de que o proprietário daquelas terras, onde as casas foram construídas, requereu na justiça às famílias que desocupassem as terras e obteve aprovação judicial para que isso acontecesse. Portanto, a mudança dos moradores do Alto Paulista não tem qualquer relação com o episódio envolvendo a Barragem 04 da CBMM. Podemos garantir então, senhores, por último, que o projeto de instalação da Barragem 08 da CBMM é seguro, idôneo e muito confiável e que o parecer aqui apresentado pela AMEDI/CERVIVO não refletem, absoluto, a realidade dos fatos. Nós sim realizamos a mineração para as gerações futuras. Muito obrigado senhores. ANDERSON (PRESIDENTE): Equipe técnica. ANDERSON (SUPRAM): Muito do que eu ia falar já foi dito pelo empreendedor, eu só queria acrescentar uma coisa, que nós ficamos muito surpresos com essa Nota Técnica, porque ela não é de conhecimento da SUPRAM, ela veio a conhecimento com esse relatório de vista, ela não é de conhecimento do empreendedor. Então, isso é uma coisa que vai ser discutida internamente com o Estado, como o senhor Conselheiro teve acesso a essa Nota antes dos órgãos interessados que seria SUPRAM, a Fiscalização e a própria empresa, mas isso não vem ao caso também. Mas ao saber dessa nota, como já dito também, já se dispôs a sentar com a FEAM e a discutir todos os pontos que baseiam em torno de 80% do relatório de vistas do Conselheiro. Então, assim, foi uma surpresa tanto para a SUPRAM como para a empresa essa Nota Técnica. Não sei como o senhor teve acesso a ela, mas isso aí é outra história. Então, a empresa como já vem dialogando com a FEAM e com IGAM vai continuar do mesmo jeito ao ser notificada dessa Nota, esses pontos falhos, vai estar totalmente aberta a essa discussão. Outra coisa é quanto ao monitoramento de águas superficiais. No Parecer da Outorga foi Condicionado que a empresa realize o monitoramento tanto antes da instalação para ter um teste, o branco, como depois do *Epground*; e quanto depois, durante toda a sua existência um monitoramento com base em todos os parâmetros da Resolução CONAMA 430 e da DN COPAM 01, todos os parâmetros vão ser monitorados. Não é um parâmetro só não, são todos os parâmetros da CONAMA e DN COPAM 01. ANDERSON (PRESIDENTE): Anderson, uma dúvida que a Presidência possui é, foram levantadas algumas questões técnicas por parte do Conselheiro. Mesmo com o levantamento dessas questões técnicas a equipe da SUPRAM ratifica o primeiro Parecer que foi feito? ANDERSON (SUPRAM): Eu não estou lembrado de nenhum questionamento técnico não, só da remediação, que não vem ao caso dessa agora. Permaneço o Parecer. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Eu só gostaria de falar ao Conselheiro Frei, como acontece nesse caso uma contaminação, então é enviado a GERAC (Gerência de Áreas Contaminadas) e a GERAC toma as providências, o que gerou essa Nota e o acompanhamento, então, é um órgão lá de Belo Horizonte. São feitas anualmente uma auditorias externas nas Barragens, existe uma Deliberação Normativa de estabilidade das Barragens, a questão que o senhor pediu de fazer Auditorias Externas, físico-químicas de água, aí no caso, seria o Conselho votar, porque eu não lembro se tem alguma Deliberação Normativa do Estado que pede uma Auditoria Externa para fazer os monitoramentos. A gente pede o monitoramento, certo, agora o auto-monitoramento que seja enviado lá para o IGAM não existe uma Deliberação Normativa. Lembrando também que lá em Araxá se trata de águas termais, então, se tem um representante



do DNPM ele poderia até falar melhor que eu, porque eu sou Engenheiro Químico, então, no caso a questão das propriedades, nós temos água sulfurosa, em Araxá, temos águas radioativas que são boas para doenças, então, sulfurosas para alergias, radioativas para outro tipo de doença. Então, o Hotel de Araxá, muitas pessoas vão lá para se tratar, agora se tomar uma água com os componentes fora da potabilidade pode vir a fazer mal. Então, todas as águas que eu compro por mineral eu olho as características físico-químicas, então, se estão fora do padrão de potabilidade de água mineral aí é responsabilidade da ANVISA e no caso da LAMIN, eu acho que ele que dispõe sobre essas águas minerais. ANDERSON (PRESIDENTE): Bom, há alguma dúvida mais a respeito desse processo? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Desculpa, Conselheiro, só para ratificar o que foi feito pela CBMM, eu como estou, eu fui o Gestor na época do processo de lixiviação, o processo em que a empresa pediu o cancelamento da lixiviação, estava causando realmente o problema da contaminação da B4, então, não existe o processo de lixiviação mais e há muito tempo, desde o meu tempo em que eu era Analista Ambiental aqui, estou como Diretor Técnico desde 2009. Então, o que acontece, houve o processo de “calcigenação”, se não me engano até o processo “calcigenação” já foi também extinto. Então, o que estava causando essa contaminação foi extinto e no meu ponto de vista, certo? Você só acaba com uma contaminação se você acabar com a fonte de contaminação, senão você vai sempre gerar e aí é o acompanhamento agora, você tem toda razão, Engenheiro como eu, Engenheiro Civil, eu sou Engenheiro Químico. Então, cessou a fonte é agora um problema de remediação e ver como que a pluma está sendo, e aí já é GERAC, que é Luiz Otávio, que é o Gerente de área contaminada, que eu respeito e no caso ele que poderia responder melhor que eu isso, porque está sendo da GERAC. GERVÂNIO (FETAEMG): Só um esclarecimento por parte do empreendedor, se, como disse na Barragem 4 que teve a questão judicial que deslocou algumas famílias. Só para a título de entendimento, nessa próxima Barragem não vai ter nenhuma parte social envolvida, ou seja, ter que retirar pessoas lá, tranquilo? MARCOS BOTELHO (CBMM): Não. Nessa nova Barragem não haverá remoção de famílias na localização onde ela vai ser implementada. CRISTIANE (SUPRAM/IGAM): Sou concursada do IGAM. Só uma contribuição porque eu analisei o processo de outorga da Barragem, que foi apreciada pelo Comitê de Bacias e aprovado no dia 06 de agosto. Antes, falando um pouquinho sobre contaminação e monitoramento, eu estou me restringindo só na área da Barragem, que eu acho que o questionamento foi um pouco mais amplo, Barragem 8. Antes de ir para o Comitê o Parecer e apreciado por uma Câmara, que é a Câmara Técnica do Comitê de Bacias, por pessoas estritamente técnicas, capazes de nos dar, enriquecer o nosso Parecer, nos dar contribuições técnicas. Então, foram 10 Condicionantes e dentre as Condicionantes o Monitoramento a montante e a jusante da Barragem, como o Anderson disse, usando todos os parâmetros que a gente tem, os parâmetros mas restritivos e além disso a Câmara Técnica propôs que fosse feito o Monitoramento prévio da instalação, para conhecer realmente qual é o tipo de solo existente lá, para ter como parâmetro não só a Resolução, mas a realidade do solo, porque a Resolução é um pouco ampla, ela é bastante restritiva, mas não é a realidade do solo, como o Zé Roberto disse que tem características um pouco diferentes. Então, vai ser iniciada a Condicionante do Parecer de Outorga, Monitoramentos prévios da instalação, uma das Condicionantes também foi, pensando no monitoramento, que a empresa propusesse primeiro os pontos de monitoramento para a gente pegar antes de iniciar o monitoramento, para saber se esses pontos eram representativos, se estão adequados e aí sim iniciar o monitoramento. Então, foi com muito cuidado que a gente, na análise do processo de outorga, viu essa questão de monitoramento das águas e tentamos colocar o máximo que estava em nossas mãos, de monitoramento. ANDERSON (PRESIDENTE): Antes do Anderson fazer as correções de algumas Condicionantes que serão feitas, a gente tem vários inscritos por parte da



comunidade local, eu contei aqui 07 pessoas inscritas. É possível que esses 07 que pretendem fazer uso da palavra manifestam através de 01 ou os 07 pretendem fazer uso da palavra? Rememora que agora há pouco haviam 02 inscritos por parte do empreendedor e que a gente fez a oitiva de apenas 01, levando em consideração o tempo concedido. Quem são os que pretendem fazer uso da palavra agora? Pode ficar à vontade, se quiser fazer uso da palavra. NÃO IDENTIFICADO: Bom dia a todos, quero cumprimentar a todos os Conselheiros, a todas as pessoas da plenária. Eu sou representante da Sociedade Civil, sou cidadão Araxaense, faço parte de 08 movimentos da Sociedade Civil organizada, entre eles o Conselho da Promoção da Igualdade Social do Estado e o Municipal. ANDERSON (PRESIDENTE): Gentileza manifestar o nome. PAULO: Meu nome é Paulo, é que eu ainda estava terminando a apresentação. ANDERSON (PRESIDENTE): Ah, desculpa. Está certo. O senhor vai ter 05 minutos, prorrogável por mais 01. PAULO (ARAXÁ): Eu quero aqui pegar a fala do Frei e condicionada à ela dizer que o discurso aqui não é contra a mineração, porque temos consciência que ela é necessária, porque senão voltaríamos ao tempo das cavernas. Agora, eu quero levantar um questionamento, porque é até bonito de se ver, da empresa, tantos técnicos, tantos peritos, tanta gente, com tanta parte técnica na ponta da língua e até hoje, minha gente, 31 anos quase não conseguiram solucionar a contaminação de uma Barragem, que a população realmente foi retirada de lá não por causa da contaminação, porque a CODEMIG aproveitou a contaminação, já queria tirar os moradores de lá para ceder a área a ser minerada em volta do Hotel, ela aproveitou e chamou os moradores para negociar. Agora, uma remediação que há 31 anos até hoje não foi efetiva, a questão que o Frei levantou ela procede, por quê? Porque nos autos que foram citados aqui, inicialmente em 2008, falava-se em 60%, hoje fala-se em 90%, mas nestes mesmos autos não existe uma comprovação técnica de que está em 90%. Então, eu gostaria de deixar aqui o seguinte, nós não somos contra a mineração, eu estou falando porque eu sou Assessor de Imprensa da Procuradora dos moradores do Barreiro, da Associação do Barreiro, estou falando em nome de Araxá, em nome do Barreiro. Nós não somos contra a mineração, nós somos contra como ela está sendo feita em Araxá e por que é que é que com tanta equipe técnica não resolveu? Sabe por quê? Só me leva e leva a população a pensar em uma coisa, falta de vontade, falta de investimento, porque gasta dinheiro e não é interessante, porque aí não vai sobrar dinheiro para os banqueiros pegar aviões de 80 milhões de reais e irem beber *champagne* em Provença, entendeu? Então, nós queremos sim um acompanhamento, eu quero que o pedido do Frei seja apreciado, que nós possamos ter um prazo, que a empresa tenha este prazo para pelo menos solucionar um problema que existe há 30 anos e que não foi solucionado e que nós não temos garantia que ele não vai ocorrer de novo, porque existem, como foi citado aqui, forte indícios, existem estudos que essa contaminação não se atém apenas ao Barreiro, que ela já está nas água da cidade e Mananciais de abastecimento da cidade, inclusive, um estudo foi feito hoje por uma Professora que está na Universidade Novo México, esse Estudo foi publicado em um Congresso Internacional, ele era na ocasião um estudo de último e primeiro mundo. Eu quero que vocês só acompanhem o raciocínio para verem como a CBMM coordena e leva as coisas, ela fez uma reunião com o Assistente Técnico dos Moradores do Barreiro sem procurar a Procuradora dos moradores, após esta reunião a Dra. Kênia foi parar na Universidade Novo México e o Dr. Roberto, que tinha sido eu quem tinha feito o contato pessoal com ele, disse para mim, “mas não tem mais contaminação”, e eu disse para ele, como não tem se nós temos uma análise dessa semana que o Bário está 4,88. Após isso, nunca mais eu consegui falar com o Sr. Antônio Roberto e depois disso veio a própria CBMM, que ela é uma mãe, quero saber que tipo de mãe, porque tem mãe que joga os filhos até numa lata de lixo. Ela é uma mãe para Araxá, ela vem depois e conta toda a historinha que ela foi, que ela procurou, com boa intenção e fez essa reunião, mas ninguém sabe o que aconteceu nessa reunião. E a Dra Kênia,



isso está nos autos, ela disse para mim certa vez que o Sr. Antônio Roberto tinha sido ameaçado pelo Reitor da PUC-Rio que se ele continuasse investigando a situação de Araxá ele seria demitido da PUC-Rio porque a PUC recebia ajuda do Itaú, que leia-se Grupo Moreira Sales. Então, nós não queremos é que a Companhia continue com essa máscara de boazinha e não resolva o problema e não sabemos se esse problema está cada vez pior, como diz o Frei, pelo relatório da própria FEAM, que a remediação ao invés de solucionar ela está aumentando, e o que acontece? Dentro disso nós temos, enquanto população, uma preocupação, onde que isso vai parar? O que nós resolvermos aqui, o que vocês resolverem aqui isso vai ser para o futuro, eles dizem que fazem mineração para o futuro. Hoje, nós estamos aqui para resolver uma coisa para 100/200 anos, há 30 anos atrás resolveram, o que que deu? Deram a licença. Então, minha gente o que eu acho é muito complicado, vocês querem uma autorização para mais uma Barragem se vocês não deram conta de resolver o problema de uma há 31 anos e a população está lá. O Ministério Público da Saúde entrou com uma ação e a população recebe água mineral até hoje, porque a água é contaminada. Vem aqui dizer balela, que o Barreiro é isso, que é águas termais, nós éramos 3ª estância de água mineral. ANDERSON (PRESIDENTE): Mais 01 minuto, por gentileza. PAULO (ARAXÁ): Está. Nós éramos a 3ª Estância Hidromineral do Mundo, a 1ª do Continente. Hoje nós não somos, porque se nós fossemos uma Estância Hidromineral ainda, o que aconteceria? Não estaria hoje a Prefeitura tendo dinheiro bloqueado pelo Ministério Público para poder pagar água mineral de outra cidade para dar para os moradores de uma cidade que tinha água mineral. Então, eu quero que vocês se atentem é a isso, por favor, tenham sensibilidade, porque tem mais de 500 pessoas que estão dependendo de vocês. Desde que começou as ações na Justiça 53 pessoas já morreram de câncer, são 500 e poucas, ou seja, 10% já morreu, daqui um tempo já morreu todo mundo e vai ficar para os herdeiros. Eu agradeço a vocês, quero que vocês acolham o pedido, que vocês tenham essa sensibilidade de pedir à Companhia que primeiro preste contas e solucione um problema para depois resolver o outro. ANDERSON (PRESIDENTE): Muito obrigado Paulo. Equipe. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Só para complementar, Conselheiro Frei, a questão de quando parou o processo de lixiviação, um processo químico, também deixou o Sulfato era para neutralizar o Cloreto de Bário, certo? Então, uma das causas, uma de Cloreto de Bário e outra de Sulfato que está na própria Nota Técnica, visa realmente acabar com essa contaminação. Questão da pluma de remediação, monitoramento e tudo, todos nós sabemos, o senhor mais que eu até, a questão é o que? Para descontaminar um lençol não pode deixar contaminá-lo, porque que contaminou a descontaminação é muito difícil, principalmente com metais pesados. Então, é só isso que eu queria colocar. PAULO (ARAXÁ): Eu esqueci de dizer uma coisa, o Bário no Barreiro é natural, existe um *background* natural, Araxá tem um *background* natural e tem também o nível de radiação um pouco mais elevado. Agora, o que ocorre é que como faltou pedido no próprio relatório da FEAM, uma determinada análise de rochas, para saber o que elas vão nos liberar, porque nos estudos da Dra Kênia existe na Fonte Andrade Júnior, o Urânio está 17,88, certo? E o Bário que tem no Barreiro natural é Sulfato. Não mata. É usado até na Medicina como contraste. Agora, se vocês lembrarem do caso do Selobar, que houve para cada molécula de Sulfato de Cloreto e matou as pessoas, porque o que contaminou as pessoas, a própria CBMM conta, um processo que ele está dizendo que havia feito, foi por Cloreto de Bário, que é venenoso. ANDERSON (PRESIDENTE): Paulo, mais uma vez, só se identifica para constar na Ata. PAULO RESENDE: Representante dos Moradores do Barreiro, eu sou Assessor de Imprensa da Procuradora da Associação dos Moradores do Barreiro de Araxá. ANDERSON (PRESIDENTE): Obrigado Paulo. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Mais uma vez, respeitando o que Sr. Paulo falou, mas o Estado tem uma DN 167, que são laboratórios acreditados. Então, quando for fazer, respeito muito as Universidades Brasileiras, Federais, a



Universidade Federal de Uberlândia que fez o relatório e tem que cumprir a creditação. Nós só olhamos os Laudos acreditamos por Laboratórios creditados pelo INMETRO. Então, se vier para nós com um Laboratório que não é creditado, pode ser Novo México, Estado Unidos, a gente não aceita. ANDERSON (PRESIDENTE): Ouvir a equipe técnica da SUPRAM quanto às correções de alguns itens do Parecer. ANDERSON (SUPRAM): A gente conversou com a parte jurídica a respeito daquela primeira Condicionante que a gente estava pedindo exclusão, no que diz respeito à RPPN, na verdade, pode acontecer, apesar de já estar formalizado o pedido, de vir o advento do IEF recusar a instalação da RPPN. Então, com isso, a gente vai manter a Condicionante só que com a seguinte redação: *“Em caso de negativa por parte do IEF para criação da RPPN, ai permanece como está às margens da matrícula a área”* e também tem uma correção na Condicionante 13, que fala: *“apresentar anuência do órgão ambiental para resgate e triagem de animais silvestres”*. Na verdade não é anuência, é *“apresentar autorização do órgão ambiental para resgate e triagem de animais silvestres”* e junto dela colocar uma observação que: *“no inicio da apresentação só será autorizado após o recebimento dessas autorizações”*. ANDERSON (PRESIDENTE): Bom, mais algum Conselheiro gostaria de fazer mais alguma manifestação? GERVÂNIO (FETAEMG): Eu gostaria de esclarecimento do técnico da SUPRAM, o que a empresa expos aqui, eu gostaria de saber se condiz lá na realidade? Essas modificações, essas coisas novas, se o que eles disseram aqui está condizendo lá no projeto? ANDERSON (SUPRAM): Tudo que foi dito aqui condiz com o projeto, condiz com o EIA/RIMA também que foi aprovado na LP. GERVÂNIO (FETAEMG): Eu falo da empresa, da representação da empresa. ANDERSON (SUPRAM): É que foi falado tanto ponto, tem um ponto mais específico? GERVÂNIO (FETAEMG): Não, assim, no geral, as coisas novas, a tecnologia nova, a parte técnica. ANDERSON (SUPRAM): A respeito da Barragem 8, toda tecnologia não tem nada a que se comparar com a tecnologia de 84, da contaminação. Só que o projeto, com certeza, é responsabilidade da empresa. ANDERSON (PRESIDENTE): Fique à vontade, Conselheiro. FREI RODRIGO (AMEDI): Inicialmente queria dizer que a gente está bastante preocupado, porque na afirmação do técnico, no que pese a defesa da Instituição, respeito, confirma um fato inegável que existe uma contaminação. A gente fixa isso ai muitas vezes na questão da contaminação do Bário, mas de contaminação do Sódio, do Sulfato, do Cloreto, que fazem parte do processo de remediação, que a própria FEAM considera que é um processo extremamente questionável, que continua. A respeito da Nota Técnica da FEAM já me ficou uma preocupação maior, se não era uma Nota conhecida significa que nós temos um dado novo que precisa então de ser muito bem analisado, tem uma dificuldade com isso, não estou de forma alguma atribuindo à equipe técnica da SUPRAM nenhuma responsabilidade, vocês acabam de dizer que nem conheciam a nota, então, nós estamos com um problema interno no Estado, nós estamos com dificuldade de comunicação entre os órgãos do Estado, porque isso aqui nós vamos encaminhar, eu fiz questão de não divulgar o Parecer publicamente e não tomar nenhuma providência, mas nós vamos encaminhar para o Comitê de Bacia; como o Comitê de Bacia também faz uma Outorga, conheciam. Numa reunião que foi feita num Seminário sobre Águas Subterrâneas, que não se tratou desse assunto, lá em Araxá um dos patrocinadores era a própria CBMM. ANDERSON (SUPRAM): Frei, só aproveitando o assunto da Nota Técnica, só para tentar a gente resolver esse problema interno de comunicação, o senhor podia revelar onde o senhor conseguiu essa Nota? FREI RODRIGO (AMEDI): Eu acabei de dizer, primeiro no Brasil existe uma coisa que se chama transparência, qualquer documento a gente pode ter acesso, nem sempre a gente consegue. Eu fiz um pedido através do Ministério Público dizendo, inclusive da primeira vez eles simplesmente voltaram com um Certificado, a minha pergunta, esclareci no inicio, como que vocês esperam um Certificado de que na região tal, a Companhia tal, instalar nas águas



contaminadas do Estado de Minas Gerais, eu gostaria de saber baseado em qual documento vocês fazem essa afirmação. Eu não sabia nem se era Nota Técnica ou se era Estudos, o que que seria. Eles devolveram o mesmo Certificado, aí na segunda remessa de pedido se disse, olha é o Conselheiro da SUPRAM, etc e etc, então, eles repassaram as duas Notas Técnicas, o que eu acho extremamente positivo, porque eu acho que como órgão público tem que dar satisfação não só ao empreendedor e ao próprio Estado que inclusive é sócio na mineração. A Sociedade Civil tem esse direito, então, não vejo nenhum problema por parte da FEAM, é normal e natural isso que ela fez, está na Lei. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Concordo com o senhor plenamente. Quando há uma contaminação, qual é o caminho? Inscreve no BDA, Banco de Declaração Ambiental, sobre investigação ou já contaminada. O que aconteceu? Desde essa época a GERAC acompanha esse Estudo, então, quem é responsável é a GERAC, então, a SUPRAM no caso ela não teve ciência, essa ciência que faltou, não foi questão que a SUPRAM ia assumir a responsabilidade da GERAC, não isso, eles são extremamente capacitados para isso. Eles responderam ao Inquérito Civil, nós nem sabemos do Inquérito Civil, uma informação que poderia constar para nós. O senhor como Engenheiro sabe que a tecnologia de 1984, não sei quando foi aí, é diferente de agora, então, o que a gente está discutindo é a tecnologia da B4 é totalmente da tecnologia da B8. Então, a construção das duas Barragens e o acompanhamento, eu até concordo com o senhor a questão das auditorias das Barragens; existe a auditoria das Barragens, anuais, auditorias externas, por pessoas que não tem nada a ver com a empresa e que o senhor colocou muito bem no relatório; colocou quero que seja feita uma auditoria externa por empresa externa da Barragem, que não seja a CBMM que faça o laudo. Então, isso que eu gostaria de colocar, o senhor colocou como recomendação no último item. FREI RODRIGO (AMEDI): Eu simplesmente repeti aquilo que a FEAM, GERAC e o IGAM pedem. A minha preocupação que quando a gente leu estas duas notas técnicas de 2013 e 2015 a gente vê que na 2013 já reclamam que alguns pedidos não foram atendidos, na de 2015 continua novamente que recomendações feitas não foram atendidas. Nós estamos tratando de algo similar, de algo que faz parte de um complexo muito maior, então, eu acho que qual é a nossa perspectiva então? Isso aqui tem quer ser considerado, tem que ser levado em consideração. Nós temos que arrumar uma forma de que isso seja atendido, porque se a FEAM está dizendo que os pontos de monitoramento não são suficientes, que a forma do monitoramento não é suficiente, que alguns aspectos o monitoramento não é suficiente, que alguns aspectos não seguem nem as normas da ABNT, isso significa o que? Eu questiono tudo. Eu tenho esse direito de fazê-lo. Eu estou sugerindo que isso aqui seja atendido. Primeiro eu tenho que responder aqueles que estão me pedindo, ele está me perguntando qual seria a minha congestionante. Eu estou sugerindo que tudo isso aqui seja atendido e que a gente coloque como determinação para que isso possa acontecer. ANDERSON (SUPRAM): A gente teve conhecimento da Nota, como eu disse, a pouco tempo e nós concordamos, como o Zé Roberto falou, os técnicos da GERAC, do IGAM são muito mais dedicados, mais específicos dessa área do que nós da SUPRAM, com certeza, só que não é o momento esse agora, de uma Barragem diferente, com uma tecnologia de ponta, que vai ser feita, de se discutir isso. Se isso fosse de conhecimento da empresa, essa Nota Técnica, ontem e eles tivessem se negado a fazer isso, mas não aconteceu isso em momento algum. FREI RODRIGO (AMEDI): A Nota Técnica de 2013, essa daqui eles não podem dizer que não tinham ciência porque eles respondem e gerou essa Nota Técnica de 2015, o que a empresa sabe infelizmente eu ainda não tive acesso. ANDERSON (PRESIDENTE): Conselheiro, até para a gente encaminhar um direcionamento, porque a gente está discutindo a um bom tempo. Pelo que eu estou vendo é um processo que se trata de uma nova Barragem, de uma ampliação do empreendimento, com uma tecnologia diversa, que a contaminação, se é que existe, já está sob investigação junto a GERAC, da FEAM. Aqui a gente tem a



785 preposição, embora seja uma Barragem diversa e a título de ampliação, de ter condições de
786 incluir uma Condicionante, obviamente a pedido do Conselheiro, que pode ser votada aqui
787 nessa reunião. Nessa linha de raciocínio o Conselheiro tem uma Condicionante que seja
788 proposta como redação? FREI RODRIGO (AMEDI): Tenho. Se a CBMM quer continuar a
789 construir tanques, que ela se adéque aquilo que a FEAM está pedindo. JOSÉ ROBERTO
790 (SUPRAM): Superintendente, Presidente. Só para questão, eles são obrigados a cumprir a
791 Nota Técnica, desde que eles tenham ciência. A FEAM, a GERAC tem plena competência e
792 se a Nota Técnica foi enviada ele é obrigado a cumprir. A GERAC é obrigada a fiscalizar e
793 analisar os monitoramentos que estão sendo expostos, se não está cumprindo a GERAC tem
794 que tomar as providências, autuar, ver o que for. A nossa obrigação aqui, que a gente está
795 fazendo é Licenciamento da Barragem B8. ANDERSON (PRESIDENTE): Nós vamos
796 colocar o processo em votação e vamos colocar em discussão a alteração da Condicionante.
797 Eu acho que já está encerrada. PAULO (CONSELHEIRO DA IGUALDADE SOCIAL): Só
798 uma última consideração. É impressão minha ou o que o Frei disse realmente está
799 acontecendo? ANDERSON (PRESIDENTE): Paulo, 01 minuto, por gentileza. PAULO
800 (CONSELHEIRO DA IGUALDADE SOCIAL): Está tendo assim, uma disputa de órgãos do
801 Governo? Porque o IGAM diz, o Frei está sendo muito claro, que se dê licença para o
802 empreendimento desde que solucione o problema que já existe. Agora o outro órgão bate só
803 no Licenciamento. Eu gostaria que levasse isso em conta, porque eu acho muito complicado,
804 além de vocês quererem colocar lá mais uma Barragem, que a gente não sabe o que vai virar,
805 se vocês não resolveram um problema que tem 30 anos. Vocês estão querendo, como diz o
806 outro, ir lá, colocar mais outra Barragem, tecnologia disso, que há 30 anos atrás foi dito a
807 mesma coisa e agora vão repetir a história. ANDERSON (SUPRAM): Só para esclarecer a
808 questão dos órgãos dentro da SEMAD. A SUPRAM regulariza o empreendimento, já que a
809 GERAC fez a Nota Técnica, ela que tem que correr atrás e fazer o empreendimento cumprir,
810 não a SUPRAM. ANDERSON (PRESIDENTE): Bom, a gente vai colocar em votação o
811 Parecer da equipe da SUPRAM. Prezado Conselheiro, fique à vontade. RODRIGO (CREA):
812 Eu gostaria de sugerir nas Condicionantes o Parecer a nota técnica sobre ART. ANDERSON
813 (PRESIDENTE): Não foi possível ouvir, acho que o microfone está desligado. RODRIGO
814 (CREA): Eu gostaria de sugerir nas Condicionantes a observação padrão sobre a necessidade
815 da ART, das atividades técnicas. ANDERSON (SUPRAM): De acordo. ANDERSON
816 (PRESIDENTE): Então vamos colocar em votação o Parecer da equipe técnica da SUPRAM,
817 com as correções feitas pela equipe técnica e depois nós vamos colocar em votação a
818 alteração da Condicionante proposta pela Conselheira do CODEMA e a inclusão de
819 Condicionante proposta pelo Conselheiro Frei Rodrigo. THIAGO (FIEMG): Eu não
820 identifiquei qual a redação e o que está sendo proposto aqui pela AMEDI. ANDERSON
821 (PRESIDENTE): Pelo que identifiquei aqui é: *“cumprir a Nota Técnica 01/2015 da FEAM”*.
822 Seria a Condicionante que está sendo proposta nessa condição desse processo. Eu acho que o
823 processo já está saneado, acho que está disponível para solução. Item 5.1 – Companhia
824 Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), Conselheiro. CARLOS VALERA (PGJ):
825 Bom está havendo algumas confusões principiológicas e nós não podemos, com todo respeito,
826 colocar uma Condicionante que já diz respeito a um TAC assinado com o Ministério Público.
827 Meu amigos, é preciso entender as coisas, Barragem 4 de fato gerou uma contaminação em
828 decorrência do processo ao qual a empresa utilizava, esse processo foi abolido, essa área
829 encontra-se em remediação desde 1984 (**problemas no áudio**), por força das normativas e por
830 força de um Termo de Ajustamento de Condutas celebrado com o Ministério Público local de
831 Araxá. Se o período de 31 anos não foi suficiente é preciso saber tecnicamente em
832 decorrência (**problemas no áudio**), eu particularmente tenho um caso desse, um caso famoso
833 que é o descarrilamento do trem da FCA de Alcois, lá na região do Córrego da Alegria, o



processo já se arrasta há 14 anos e agora com a mudança da tecnologia ele foi alterado. Então, pelo que eu entendi e pelo que eu conversei, pelos históricos do processo que eu fui buscar **(problemas no áudio)** e como o Frei Rodrigo posicionou, a informação ele nos solicitou e nós demandamos à Presidência da FEAM e obviamente só falamos para o Presidente da FEAM, se cumpra a Lei, os dados são públicos e precisam estar publicizados para toda população. Então, olha só, é preciso entender essa situação, Barragem 4 **(problemas no áudio)** que é objeto de um tratamento normativo diverso da Barragem 8 que está em processo de licenciamento. Tem só uma premissa que precisa ser assentada **(problemas no áudio)**. Com relação a Barragem 4, área de contaminação, o que eu sugiro, Frei Rodrigo? Que todas essas informações cooptadas sejam encaminhadas ao Ministério Público Local de Araxá, para que elas sejam encaminhadas **(problemas no áudio)** para Inquérito Civil Público, que aliás é requerido na manifestação do senhor, para que o colega de lá, obviamente, adote dentro das suas atribuições e determine a empresa, não só a GERAC, porque o TAC, volto a insistir, assinado. Com relação ao fornecimento de água, de fato, também por atuação do Ministério Público local de Araxá, e, eu não vou entrar no mérito se em decorrência da contaminação ou do *Background* natural possibilita algo em torno de 05 miligramas por litro, há uma determinação feita num acordo judicial devidamente homologado para fornecimento de água, então, este é o quadro da B4. Com relação a B8 é preciso que nós entendamos que nós estamos votando uma Licença de Instalação, e auto-monitoramento nós temos que nos ater na Licença de Operação. Então, é evidente que até a Instalação e nós votarmos novamente a Licença de Operação nós vamos fazer o nosso dever de casa, eu me comprometo a ajudar nessa discussão, para nós buscarmos o conhecido como BAT ou as melhores técnicas disponíveis, o monitoramento que for efetivamente **(problemas no áudio)** melhor para se evitar essa contaminação que aconteceu no lado de lá. Com relação às famílias é preciso deixar claro que a questão já está posta no Poder Judiciário e cabe a nós aqui, com o devido respeito dos que pensam o contrário, e pedir qualquer juízo de valor, quem vai decidir é o Juiz que já está de posse do processo de indenização proposto. Então, acho que isso precisa ficar muito claro para que nós tenhamos a nossa posição; a nossa posição é de deferir ou não o Licenciamento. Me desculpem o alongado, mas eu vi que a discussão estava tomando um rumo que refoge à nossa discussão, nós não temos que dizer esse tem contaminação ou não, quem tem que dizer é o Juiz, tem uma ação, aliás tem 510 lá em Araxá discutindo essa questão **(problemas no áudio)**, dentro do seu quadrado desempenhar a Jurisdição e deixamos nós aqui, dentro do nosso quadrado, desempenhar essa questão do Licenciamento. Obrigado.

ANDERSON (PRESIDENTE): Com relação então à explanação do Conselheiro, há insistência de inclusão da Condicionante? A Condicionante vai ser votada, então vão ter a liberdade para deliberar no momento oportuno. Bom, colocamos em votação então o processo item 5.1 – Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), o Parecer da equipe técnica da SUPRAM e as alterações aqui traçadas ao longo da discussão. Se todos estiverem de acordo com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Processo aprovado, com 02 votos contrários. Identificação e justificativa, por gentileza. FREI RODRIGO (AMEDI): Pelo já exposto. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Diante de tudo exposto aqui, inclusive a questão dos Inquéritos e ajuizamento das famílias lá, não tem outra decisão, eu prefiro precaver votando contra. FREI RODRIGO (AMEDI): Só para dizer o nome, pelo já exposto. ANDERSON (PRESIDENTE): Colocamos em votação agora e aprovação a alteração da Condicionante número 05, redução do prazo de 36 meses para 24 meses, proposta pela Conselheira do CODEMA. Todos de acordo com alteração do prazo permaneçam como estão. Condicionante 5 alterada. Vamos colocar em votação agora a proposta de Nova Condicionante, que seria a número 18, que teria a seguinte redação: “*Cumprir a Nota Técnica 01/2015 da FEAM*”, proposta pelo Frei Rodrigo. Aqueles que estiverem de acordo com a



inclusão dessa Condicionante permaneçam como estão. CARLOS VALERA (PGJ):
Abstenção. FERNANDO RUAS (ABES): Eu sou contra a inclusão da Condicionante, no que
foi dito pelo próprio Conselheiro Valera, ela não se adequa nesse processo da B8, que nós
estamos votando aqui, ela é referente a um outro processo que está sendo já analisado pelo
Juiz e pelas outras autarquias do Estado. Contra. FLÁVIO FROES (SEDE): Sou contra,
porque está fora do processo analisado em questão. RODRIGO (CREA): Abstenção.
ALEXANDER GIMENEZ (CEFET): Pelos mesmos motivos. GERVÂNIO (FETAEMG): Me
abstenho. FRANCISCO FRAETA (SEDRU): Abstenção. ELAINE (FAEMG): Pelas mesmas
razões, por entender que é de outra Barragem, outro procedimento administrativo. Contra.
JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. DORA (PN3): Pelos motivos já apresentados, voto
contra. THIAGO (FIEMG): Pelos motivos já apresentados pelo Mestre Dr. Carlos Valera,
voto contra. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Pela pertinência conforme já exposto
pela PGJ. GLAUCIMAR (CODEMA): Contra, também pelos mesmos motivos apresentados
pelo Dr. Carlos Valera. ANDERSON (PRESIDENTE): Mais alguém? Bom, então,
Condicionante não incluída em razão de 08 votos contra e 05 abstenções. Condicionante
reprovada. Item 7. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia: 7.1 Solatio Brasil
Gestão de Projetos Solares Ltda. ME / Usina Solar Fotovoltaica Guimarães 1 e 2 Destaque
da SUPRAM. EMANUELE (SUPRAM): Tendo em vista novas informações que o Dr. Carlos
Valera trouxe a respeito de áreas potenciais com cavidades subterrâneas, a equipe técnica
gostaria de incluir uma Condicionante, para verificar se área de instalação desse
empreendimento realmente tem esse potencial. Então, a Condicionante é a seguinte:
*“Apresentar um mapa com o encaminhamento espeleológico, realizado em forma de trilha,
com delimitação de área afetada pelo empreendimento. Apresentar relatório conclusivo e
ART do responsável técnico, conforme Instrução de Serviço SEMAD nº 03/2014. Prazo: Na
formalização da LI”*. ANDERSON (PRESIDENTE): Mais algum Conselheiro? Bom, coloco
então em votação o item 7.1, lembrando que houve a inclusão já da Condicionante proposta
pela equipe técnica, a qual vai ser votada conjuntamente nesse momento. Todos aqueles de
acordo com o Parecer da SUPRAM e a inclusão da Condicionante ora proposta, permaneçam
como estão. Processo e Condicionante aprovados. Processo 8. Processos Administrativos para
exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 8.1 Leonardo Américo
Coelho e Outra. Há um destaque da SUPRAM. ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Eu gostaria de
fazer uma correção no Parecer e uma substituição de um termo. Ok? A correção no Parecer é
com relação à Coordenada, o ponto de longitude, no Parecer está 48°41'78,00'', o correto é
48°41'54,00'', esse valor está na página 01 e na 02. A substituição do termo é referente à
Condicionante nº 10, ela está com a seguinte redação: *“Apresentar relatório técnico com ART
do profissional habilitado, caracterizando físico e quimicamente a cama de frango aviário,
seu potencial de uso na Agricultura”*. A sugestão é: *“o seu potencial de uso na
Agrossilvipastoril”*, para ser mais abrangente, uma vez que ele é utilizado em outros sistemas
também. Ok? É isso. Obrigada. ANDERSON (PRESIDENTE): Conselheira do CODEMA.
GLAUCIMAR (CODEMA): Eu sugiro inclusão de uma Condicionante, para: *“Apresentar
projeto com cronograma de execução de reaproveitamento de reuso das águas oriundas do
sistema de resfriamento de água dos bebedouros dos galpões de criamento das aves, com
apresentação da ART”*. ANDERSON (PRESIDENTE): Equipe Técnica. ANA CLÁUDIA
(SUPRAM): Isso foi a Condicionante de um Parecer anterior. O que aconteceu? Realmente,
essa Condicionante ela cabe, só que nós estamos com problema de alguns empreendimentos,
em função até da informação que é passada para o órgão, é que eu estou detectando em
vistoria que tem um problema com relação ao manejo dessa água. Então, já foi solicitado à
empresa integradora, que é a responsável por orientar os integrados com relação ao sistema de
produção, foi solicitado uma reunião para nós alinharmos como que está sendo a orientação



com relação a utilização dessa água. Então, no caso que a gente tinha colocado essa Condicionante, no Parecer anterior, o que aconteceu? Foi detectado em vistoria que estava tendo realmente um desperdício, então, a forma que estava sendo utilizada estava inadequada. Então, nós vamos sentar com o pessoal da empresa integradora, nós vamos verificar como que está sendo essa orientação para determinar uma Condicionante. Realmente vai ser um sistema de reaproveitamento dessa água ou como que está sendo esse manejo, se está sendo de forma inadequada, porque em uma das vistorias que eu detectei, o empreendimento com número menor de animais estava correto sim, “desperdício” era só questão de minuto, eu medi a quantidade de água, vi a vazão e realmente não cabia naquela situação. Mas para nós não termos esse problema de para um faz isso, para outra faz aquilo, nós vamos alinhar e isso vai fazer parte da fiscalização e das vistorias e aí nós vamos cobrar isso. Como eu verifiquei que de repente isso pode entrar como uma Condicionante na Licença de Operação, uma vez que não comprometeria a instalação do sistema aí ficou para Licença de Operação, mas se vocês julgarem diferente a gente analisa. GLAUCIMAR (CODEMA): Sim. Concorde. ANDERSON (PRESIDENTE): Então, não havendo inclusão de Condicionante, eu coloco em votação o item 8.1 da pauta, lembrando que houve correções por parte da equipe técnica junto ao PU e alteração da Condicionante nº 10. CARLOS VALERA (PGJ): A exemplo do outro processo, nesse caso também, tem uma discussão jurídica sobre o novo Código Florestal, então, também nesse item eu vou registrar a minha Abstenção. ANDERSON (PRESIDENTE): Em votação o item 8.1 com as correções já feitas. Processo aprovado, com 01 abstenção. Item 8.2 – Cooperativa dos Garimpeiros da Região de Coromandel, destaque CODEMA, CEFET e CERVIVO. GLAUCIMAR (CODEMA): Seria inclusão de uma Condicionante aqui, para o empreendedor implantar uma fossa séptica, caso opte por usar o sanitário existente. ALEXANDER GIMENEZ (CEFET): No que diz respeito ao texto do Parecer, na página 03, terceiro parágrafo, diz: “*o licenciamento requerido para produção bruta anual de 80 mil metros cúbicos de diamante*”. Então, na verdade não cabe, seria a sugestão: “*mobilização bruta anual de 90 mil metros cúbicos de sedimento para exploração de diamantes*”. Acho que a gente não tem isso no mundo de diamantes. Outro ponto é o que diz respeito à educação ambiental, duas Condicionantes tratam tanto do PRAD quanto da Educação Ambiental e a Educação Ambiental pode ser utilizada nas áreas onde está sendo feito a recuperação de áreas degradadas, por exemplo, evolução de mudas, evolução de um PRAD executado que está sendo avaliado e não somente isso, levar em consideração no que diz respeito a geociências, de onde vem os diamantes, como que eles se formam, o que é um aluvião. Então, por se tratar de um garimpo é importante que a Educação Ambiental não fique somente no cunho biológico e sim no meio físico. É só uma sugestão. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Sr. Presidente, eu estou inscrito aí? ANDERSON (PRESIDENTE): Sim. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Antes da equipe técnica, eu gostaria de pedir vista desse processo, justificando que o Ministério Público Federal chamou os Comitês de Bacias em Patos de Minas para a questão do Inquérito Civil, para a questão da mineração de diamantes na região de Patos de Minas, e está inserido, eu gostaria de estar dando uma olhada nesse processo. ANDERSON (PRESIDENTE): Conselheiro, vista concedida, em conjunto com a FIEMG. Só rememora a todos, por questão regimental, a vista pode ser pedida até o momento de sua discussão, mas a gente sempre tem a orientação para quando for feita alguma vista, que ela seja feita antes da discussão para que a gente tenha mais dinamismo na própria reunião. THIAGO (FIEMG): Gostaria de pedir vistas conjunta. ANDERSON (PRESIDENTE): Vistas concedidas no item 8.2. Item 9. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação - “Ampliação”: 9.1 Usina Cerradão Ltda. Tem o destaque do CREA. RODRIGO (CREA): Gostaria de propor a Condicionante 04, de acrescentar a necessidade de ART para o teste de estanqueidade. RODRIGO (SUPRAM):



981 Concorda em fazer a alteração. ANDERSON (PRESIDENTE): Mais algum Conselheiro?
982 Conforme procedimento dessa URC a gente vai colocar em votação o Parecer da equipe
983 técnica e depois a votação da inclusão da Condicionante. Ah, é uma correção da
984 Condicionante. Obrigado. Então, em razão de ser uma correção da Condicionante já existe
985 com correção, a gente vai colocar em votação o Parecer a equipe técnica da SUPRAM, com a
986 correção da Condicionante 04. Todos de acordo com o Parecer da equipe permaneçam como
987 estão. Processo aprovado com a correção ora realizada. Item 10. Processo Administrativo para
988 exame da Licença de Instalação Corretiva: 10.1 Três Marias Indústrias e Comércio Ltda. Tem
989 um destaque da SUPRAM. RICARDO (SUPRAM): Bom dia, só uma alteraçãozinha no item
990 2 das Condicionantes, onde está descrito leia-se *“30 dias após o período chuvoso anual*
991 *durante a vigência da Licença”*. ANDERSON (PRESIDENTE): Então, é uma correção de
992 uma Condicionante já existente. Nada mais havendo a discutir coloco em votação o item 10.1,
993 todos de acordo, perdão, pois não Conselheiro. RODRIGO (CREA): O item 3, relatório
994 técnico fotográfico comprovando a execução do projeto de recuperação da área, também com
995 *“apresentação de ART”*. RICARDO (SUPRAM): Ok, está descrito no finalzinho, mas
996 reforçando não há prejuízo não. ANDERSON (PRESIDENTE): Ok. Então, coloco em
997 votação o item 10.1 com as correções feitas pela equipe técnica. Todos de acordo com o
998 Parecer da equipe permaneçam como estão. Processo aprovado. Antes de passarmos para o
999 item 14, eu queria convidar a Srta Carolina Oliveira que vai fazer uma manifestação quanto
1000 ao convite de uma Audiência Pública. CAROLINA OLIVEIRA: Representante da Vale
1001 Fertilizantes, eu venho aqui hoje para convidá-los a participar conosco de uma Audiência
1002 Pública que vai ocorrer em Patrocínio no dia 30 de setembro às 18h30min, referente a um
1003 processo de licenciamento para abertura de uma mina de fosfato no Município de Patrocínio.
1004 Nós estamos fazendo um processo de ampla divulgação do projeto com a Comunidade e a
1005 participação de vocês Conselheiros é muito importante para nós, porque em breve esse
1006 processo será apreciado por essa Câmara. Então, gostaria de reforçar o convite, as meninas
1007 estão entregando os panfletos e em breve entraremos em contato com vocês para apresentar o
1008 projeto e maiores detalhes sobre o empreendimento. Obrigada. ANDERSON
1009 (PRESIDENTE): Conselheiro Frei. FREI RODRIGO (AMEDI): Gostaria de registrar que nós
1010 temos um questionamento já com a SUPRAM, conversei com Dr. Franco, com algumas
1011 motivações, sobre a possibilidade de adiar essa Audiência Pública. Primeira motivação é que
1012 nossa Organização é uma das que solicitaram Audiência, juntamente com outras e nenhum
1013 momento nós fomos consultados sobre essa data. Não recebemos nenhuma informação, essa é
1014 a primeira colocação. A segunda colocação, mesmo entendendo que o processo do
1015 EIA/RIMA foram retiradas duas questões que seria, me parece do galpão e a barragem de
1016 rejeitos, que todos vocês se lembram aqui, que também foi um caso que nós debatemos, foi
1017 uma caso de discussão em relação a uma Barragem que seria construída numa área com mais
1018 de 20 famílias, etc. Agora essa Barragem não vai ser mais construída, as famílias já
1019 negociaram, não porque quiseram, mas porque foram forçadas a negociar, a Lei lhes da essa
1020 condição, a Lei minerária, de ser imposto sobre o território. Mas nós entendemos que o
1021 EIA/RIMA precisa ser refeito, porque não basta dizer que eu não vou colocar todo material
1022 que eu retiro lá e vou transportar por ferrovia e vou transportar para Araxá porque já está se
1023 exaurindo. Então, nesse EIA/RIMA precisa ver que impacto vai causar na ferrovia, ela passa
1024 em alguns Distritos, ela passa em Ibiá e o que significa isso em Araxá. Então, a gente está
1025 pedindo que se dê um tempo, porque senão nós vamos entrar na mesma discussão que nós
1026 acabamos de fazer aqui. Sabe como que é? Faz-se a Audiência, cumpre-se o rito legal, aí vem
1027 para essa mesa aqui, aí eu vou levantar esses assuntos aqui e aí vão dizer o seguinte, não, mas
1028 vá passou, já foi essa época, agora é só esse processo que nós estamos olhando aqui. Porque a
1029 Legislação nos obriga, eu acredito, a sermos míopes, a gente nunca olha o empreendimento



como um todo. Se eu vou extrair rocha fosfática e não vou mexer mais com ela em Patrocínio, ela vai evaporar no ar? Não vai. Ela vai ser colocada nos trilhos, vai aumentar e por acaso a ferrovia pertence também à Vale, a gente precisa ter esses estudos, fazer uma coisa só e chamar a Audiência Pública ao longo do percurso, no mínimo em Ibiá e em Araxá. Então, vamos adiar isso mais uns 15 ou 20 dias para a gente ter tempo de fazer com que isso, essa documentação de fato responda. No nosso entender foi alterado, se retirou, se alega que diminui impacto, mas causa impacto em outros locais. Então, devido a recorrer um novo prazo, para uma nova chamada de Audiência Pública. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Bom, a gente até conversou; eu conversei com o Dr. Carlos Valera, conversei com o Franco, mas nossa Associação entendeu, viu Dr. Carlos, que a gente deve adiar sim, pelo menos mais 15 dias para a gente ter uma análise mais tranquila. Eu quero concordar com o Frei, que às vezes a gente está partindo o Licenciamento aqui, numa parte, depois vamos licenciar a Barragem, outra coisa. então, a gente entende que o impacto na estrada de ferro é muito grande, porque passa por diversos Distritos e Cidades e além disso levar material, mesmo que esteja licenciado Barragem de rejeito lá em Araxá, mas se vai levar de 10 vagões de material para tirar um. Então, a gente pede que pelo menos que seja 15 dias para que a gente tenha mais tempo para avaliar. THIAGO (FIEMG): Que bom que o empreendimento veio aqui nos convidar antecipadamente, dar conhecimento nessa Audiência, questionei o Dr. Carlos Valera se ele já estava acompanhando, ele me disse que sim, é o que me deixa ainda mais seguro do procedimento que está acontecendo, certo? Caso seja necessário nós vamos aqui no momento sim, trazer os questionamentos que vocês vão suscitar. Utilize a Audiência Pública para isso, já que vocês estão questionando e levantando em alguns momentos, use a Audiência Pública para isso, não tem problema nenhum, é para isso que ela serve e que bom que o empreendimento se preocupa e veio aqui para nos convidar para acompanhar esse início do projeto. ANDERSON (PRESIDENTE): Registradas as manifestações, passamos para o item **14, é uma apresentação do Circuito Tela Verde 2015, feita pelo Parque Estadual do Pau Furado.** ELIETE (PARQUE ESTADUAL DO PAU FURADO): Nós viemos aqui apresentar rapidamente, apenas 07 minutinhos de muitos vídeos que nós temos agora do Circuito Tela Verde. Ela veio do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação e o Pau Furado é um espaço exibidor. Se alguém tiver sugestão de pegar esse material e levar para alguma Escola, alguma Universidade, pode pegar esse material com a gente, ele ficou fazendo parte do nosso acervo bibliográfico. Então fiquem à vontade, qualquer sugestão em relação aos vídeos, algum assunto posterior feito por essa amostra, em termos de Brasil, vocês podem mandar por e-mail e convidamos todo mundo também a conhecer o Parque Estadual do Pau Furado, ele foi reaberto e convidamos também ao Centro de Pesquisa, que ele está aberto à pesquisa também. Então, pode começar. “Apresentação de vídeos”. Item **15. Encerramento:** Bom, obrigado a todos pela presença. Declaro encerrada essa reunião. A próxima reunião é dia 09 de outubro, estaremos aqui. Até mais todos. Nada mais havendo a tratar, eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue assinada pelo Presidente. Uberlândia, 11 de setembro de 2015.

ANDERSON RAMIRO SIQUEIRA – (presidente suplente)